FÔLHA 1

S. T. M.
3.ª SEÇÃO
Cópia em 22 de 11 de 1968

19 68

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
3.a SEÇÃO
13 NOV 1968
Data
Rubl. 13-11-68
LEGISLAÇÃO
JURISPRUDÊNCIA
E DATILOGRAFIA

Superior Tribunal Militar

N.º 29 824

ESTADO DA GUANABARA.

Relator, o Sr. Ministro

Drº João Mendes

HABEAS-CORPUS

Paciente : DARCY RIBEIRO, alegando estar com a ordem de prisão expedida pelo Gen Ramiro Tavares Gonçalves, Cmte da Divisão Blindada do 1º Exército, pede a concessão da ordem para por fim à coação ilegal que está na iminência de sofrer.

IMPET: WILSON MIRZA, adv.

AUTUAÇÃO 293

Aos 6 dias do mês de novembro de 1968., neste Superior Tribunal Militar, fês a presente autuação.

308

Pelo Sr. Dr. Secretário

Yolanda Thereza
OFICIAL

308

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ARQUIVO
EM 7 / 3 / 69

2

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar.

O advogado WILSON MIRZA, com escritório na Av. Rio Branco, 185, sala 709, neste Estado, vem pedir uma ordem de

"HABEAS-CORPUS"

de em favor do Prof. DARCY RIBEIRO, pelas razões e para os fins seguintes:

1. O paciente foi surpreendido com a ordem de prisão expedida pelo Gal. RAMIRO TAVARES GONÇALVES, Comte. da Divisão Blindada do 1º Exército, para apuraração de crime contra a segurança nacional.

2. É pacífico, diante do que dispõe o art. 54 do Dec. Lei 314, de 13 de março de 1967, que a prisão preventiva do indiciado só pode ser decretada pela autoridade competente para a formação do processo, e não pelo encarregado do inquérito policial militar.

Assim tem decidido esta egrégia Côrte.

3. Como a prisão do paciente não tenha sido decretada por autoridade judiciária, mas determinada pelo encarregado do inquérito policial militar, é manifestamente ilegal, razão pela qual o impetrante espera a concessão da ordem de "habeas-corpus" em favor do paciente, pondo-se fim à coação ilegal que está na iminência de sofrer.

E. deferimento.

Rio, 6 de novembro de 1968

Cumes de Mirza

2.9824

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
-6 NOV 17 01 68 06677
PROTOCOLO

3

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RECEBIMENTO

Aos 6 dias de novembro de 19 68
Recebi êstes autos para autuação, registrados no Prot. Geral sob n.º 6677 e contêm 2 fôlhas, tôdas numeradas.
Eu Yolanda Perez, Of. Jud., pelo Sr. Diretor Geral, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DISTRIBUIÇÃO

Aos Exm.os Srs. Ministros:
Relator: Sr. João Mendes
Revisor:
Em, 6 de novembro de 1968
Ministro Presidente

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

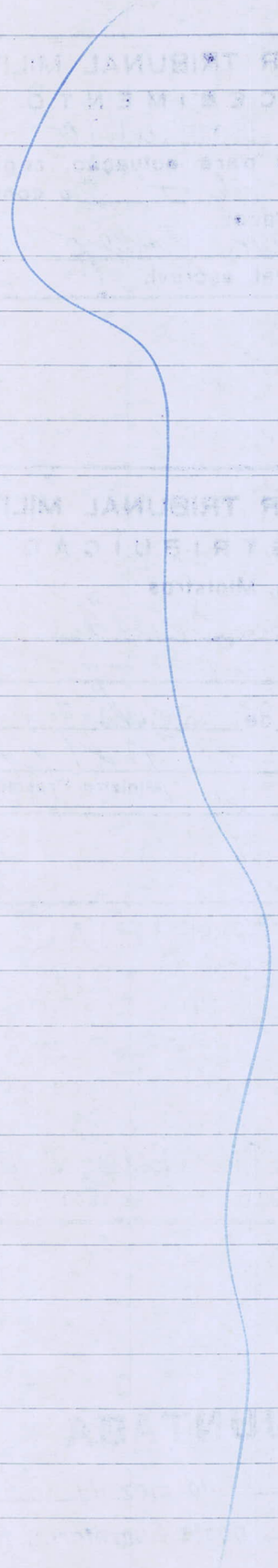
SECRETARIA

RECEBIMENTO

Aos 8 dias do mês de novembro do ano de 1968 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o r. dispositivo supra do que lavro êste têrmo. Eu Gelda Felizpelli, Diretor de Serviço, ~~Oficial Judiciário~~, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

JUNTADA

Aos 8 dias do mez de novembro anno de 1968, nesta Secretaria, faço juntada aos presentes autos, do documento que se segue —, do que lavro este termo. Eu Gelda Gelda Felizpelli, Diretor de Serviço, pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.



WILSON MIRZA

AV. RIO BRANCO, 185 - S/709
TEL.: 52-8656

Exmo. Sr. Ministro Relator do HABEAS-CORPUS nº

O advogado WILSON MIRZA, nos autos do "habeas-corpus" que impetra em favor do Prof. DARCY RIBEIRO, vem expor e afinal requerer o seguinte:

1. Depois de mais de quatro anos de exílio, no Uruguai, o paciente retornou, recentemente, ao Brasil, disposto a submeter-se à ação da Justiça, respondendo às acusações que lhe foram imputadas, depois da Revolução de 1964.

2. Desde então, se tem dedicado à sua atividade profissional, que é o trabalho intelectual, publicando obras que começara a escrever no exílio.

3. Com surprêsa, o paciente soube que havia contra si, na Polícia Federal, do Estado da Guanabara, para ser cumprido, mandado de prisão, para apuração de crime contra a segurança nacional.

4. O paciente, por seu advogado, ora impetrante, dirigiu-se à Corregedoria da Justiça Militar, a fim de saber qual a autoridade judiciária que decretara a prisão, para colocar-se à sua disposição, insurgindo-se, em seguida, contra o seu ato, judicialmente.

5. Com maior surprêsa, o paciente soube que a prisão não fôra decretada por autoridade judiciária, uma vez que não

houvera distribuição de pedido de prisão do paciente, conforme prova a inclusa certidão, embora só esta fôsse competente para o ato, diante do que dispõe o art. 54 do Decreto-Lei nº 314.

Apurou, então, que o mandado de prisão está assinado pelo Gal. RAMIRO TAVARES GONÇALVES, da Divisão Blindada do 1º Exército.

6. Assim, o paciente, que pretende defender-se, valendo-se dos direitos e garantias que a LEI lhe assegura, entendeu que só lhe restava, diante da ameaça dessa prisão, apresentar-se ao Presidente do Superior Tribunal Militar, tendo em vista que a esta Côrte caberá julgar o ato contra a qual o paciente se opõe.

7. Isto pôsto, entende o impetrante que V. Exa., como relator, poderá obviar, legalmente, a delicada situação que resultou do ato da autoridade coatora, determinando a sustação do cumprimento da ordem de prisão até o julgamento do "habeas-corpus".

É o que se espera de um JUIZ como V. Exa.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1968.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
-7 NOV 16 15 06706
PROTOCOLO

JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA

5

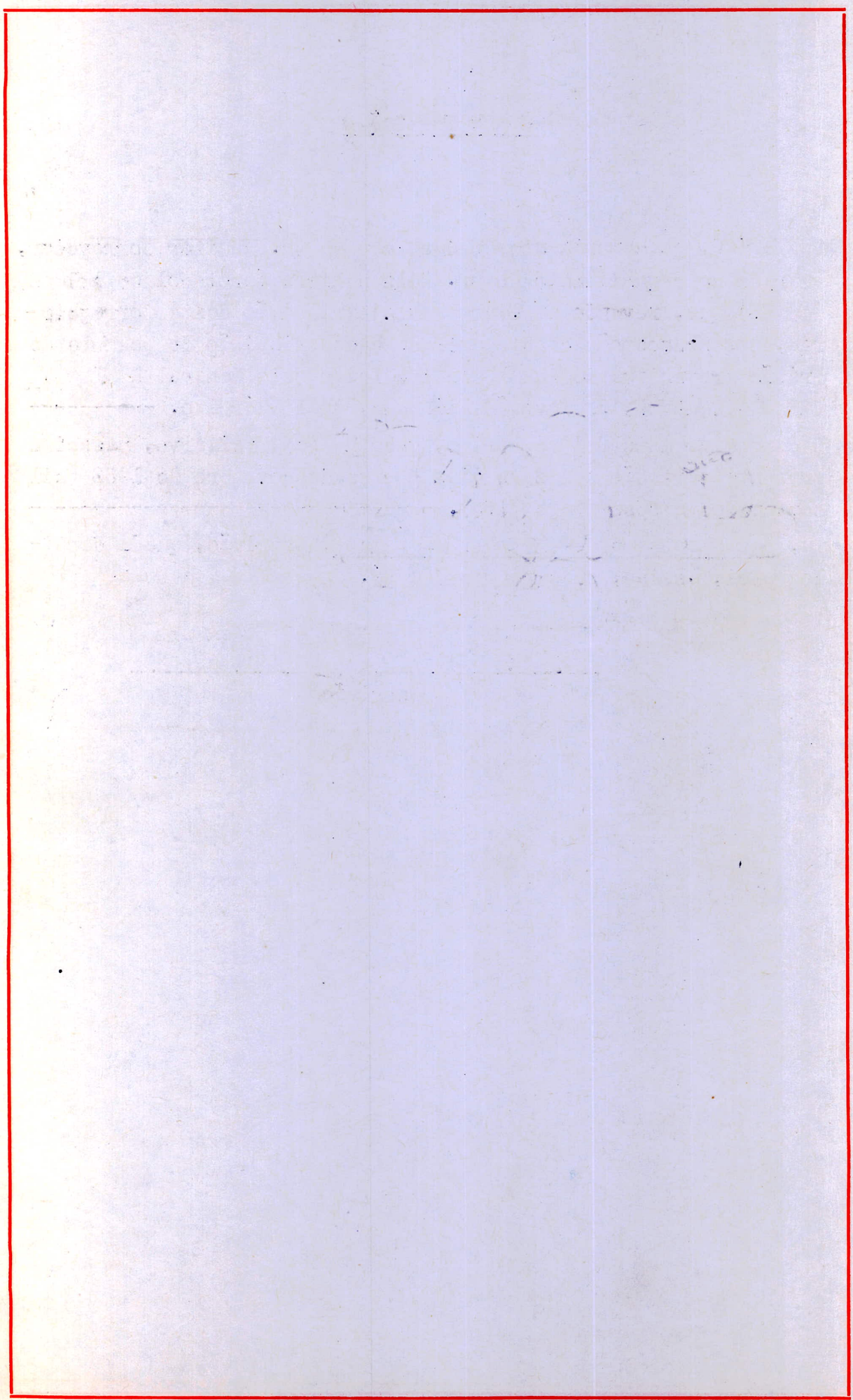
C E R T I D Ã O

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do Dr. Auditor Corregedor, exarado no requerimento do Dr. Wilson Mirza (protocolado sob nº 209/68) que, revendo os livros de distribuição desta Corregedoria, nos mesmos não consta entrada e distribuição de pedido de prisão preventiva de DARCY RIBEIRO feito pelo General RAMIRO TAVARES GONÇALVES, da Divisão Blindada, do I Exército. ----------

E como nada mais foi requerido, que lhe seja relativo, passei a presente certidão aos seis dias do mês de novembro de 1968 (mil novecentos e sessenta e oito). ----------

Eu, _____, Escrivão, que a datilografei, assino, subscrevo e dou fé.

_____
Escrivão



JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA

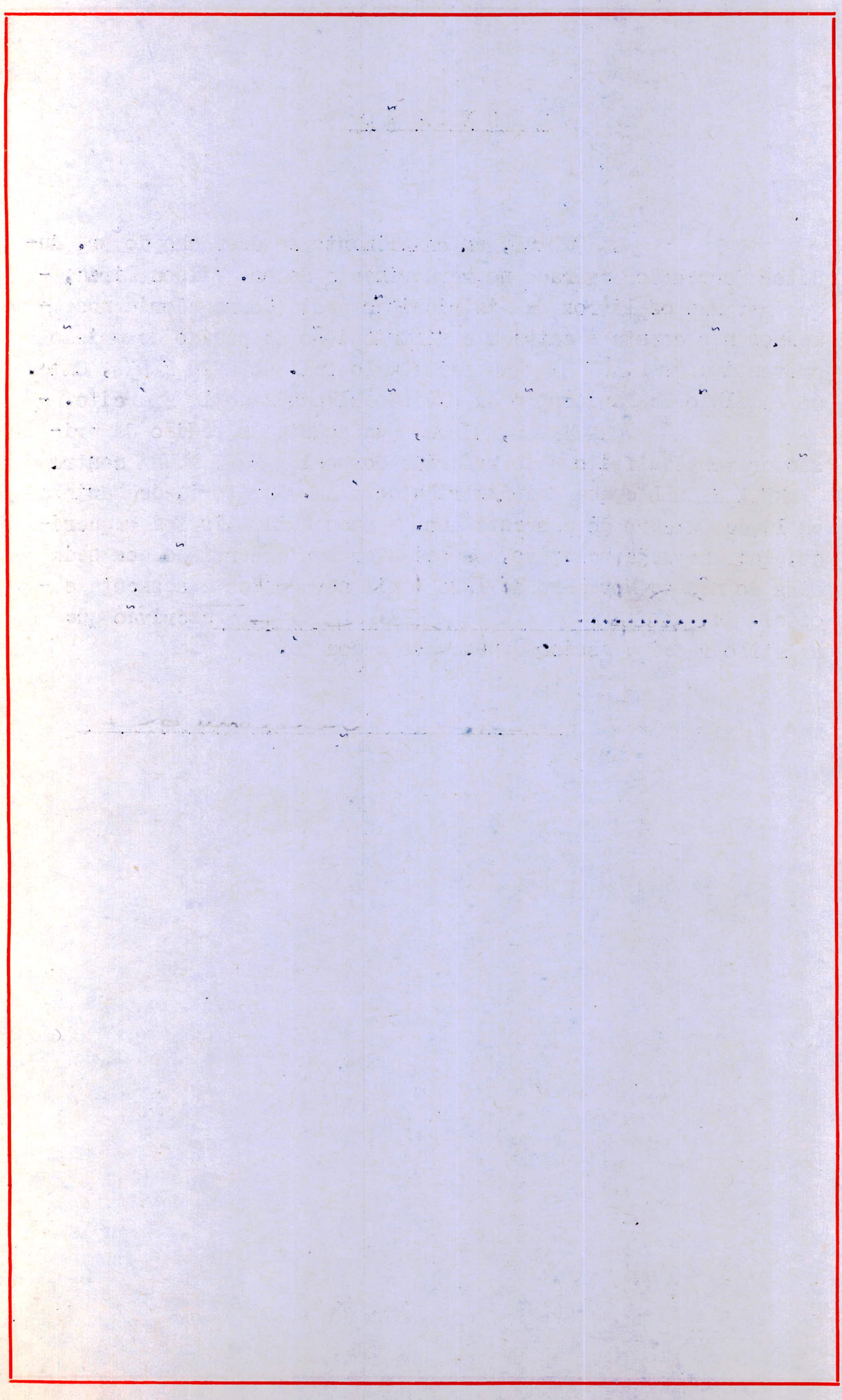
6

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do Dr. Auditor Corregedor exarado no requerimento do Dr. Wilson Mirza, - que revendo os livros de distribuição desta Corregedoria nos - mesmos não consta a entrada e distribuição de pedido de prisão preventiva de DARCY RIBEIRO feita pelo Cel. ROBERTO MOURA, Cmte. do Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada do 1º Exército. -

CERTIFICO, ainda, que consta um pedido de prisão preventiva feito pelo referido Coronel RENATO MOURA contra EMANUEL NICOLL e que foi distribuido á 1a. Auditoria de Marinha em 1º de Outubro do corrente ano. E como nada mais foi requerido, que lhe seja relativo, passei a presente certidão aos seis dias do mês de Novembro de 1968 (mil novecentos e sessenta e - oito). Eu ..... escrivão que a datilografei e assino esubscrevo e dou fé.

ESCRIVÃO



7

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 8 dias do mês de novembro do ano de 1968 nesta Secretaria, apresentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro, Dr. João Mendes, Relator, do que lavro êste termo, Eu, Gelda Felippelli, Diret Ser., ~~Oficial Judiciário~~, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

Peça-se urgente informação à autoridade indicada como coatora. Não posso manifestar-me sobre a liminar, antes dessa informação, pois não o fizesse em face tão só do alegado na petição do impetrante; necessariamente teria que entrar no mérito do pedido, sem prévio juízo sôbre a imputação.

Em 8-11-968

João Mendes

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

RECEBIMENTO

Aos 8 dias do mês de novembro de 1968 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o respeitável despacho retro do que lavro êste têrmo. Eu Gelda Felipelli, Diretor de Serviço, ~~Oficial Judiciário~~, pelo Diretor, escrevi.

JUNTADA

Aos 11 dias do mez de novembro anno de 1968, nesta Secretaria, faço juntada aos presentes autos, do documento que se segue —, do que lavro este termo. Eu Gelda Felipelli Diretor de Serviço, pelo Sr. Diretor Geral, o escrevi.

URGENTE

OFICIO Nº 3498 /DSJ

RIO DE JANEIRO, GB.
Em, 6 de novembro de 1968.

SENHOR GENERAL:

A fim de instruir o Habeas Corpus nº 29 824, impetrado em favor de DARCY RIBEIRO, tenho a honra de solicitar a V. Exª, de ordem do Exmo Senhor Ministro Relator, informações urgentes e detalhadas sôbre a situação do paciente, especialmente a data da prisão, natureza do crime e andamento do feito.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª meus protestos de estima e distinta consideração.

NORIVAL DA COSTA GUIMARÃES
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA

AO EXMO SENHOR GENERAL RAMIRO TAVARES GONÇALVES
COMANDANTE DA DIVISÃO BLINDADA DO I EXÉRCITO .
N E S T A.

URGENTE

URGENTE

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

QUARTEL GENERAL DA DIVISÃO BLINDADA

Rio de Janeiro, GB, em 11 Nov 1968.

Do Comandante da Divisão Blindada

Ao Sr Diretor Geral do STM

Assunto Informações (Presta)

Ref.: Of. nº 3498/DSJ, de 06 Nov 1968.
Habeas-Corpus nº 29.824.

Reportando-me ao ofício de referência, cumpre-me informá-lo que determinei a prisão de DARCY RIBEIRO, indiciado em IPM, instaurado por minha ordem, de conformidade com o artigo 156, do Código da Justiça Militar.

Segundo indícios constantes dos autos do // IPM, aquele indiciado está envolvido em atividades subversivas, atentatórias não só à Segurança Nacional, como à Administração/ Militar, para cujas averiguações, estão sendo procedidas no referido IPM, torna-se necessária a prisão do indiciado DARCY RIBEIRO.

Até o presente momento, o aludido indiciado não foi recolhido à prisão, visto não haver sido nem capturado, nem se apresentado voluntàriamente, apesar de clamar pelo elevado espírito de Justiça de nossos Tribunais, não obstante constituir as mesmas instituições, cuja derrocada pretendia em suas / atividades subversivas.

Sem outro assunto, apresento os meus protestos de estima e consideração.

GEN EDA RAMIRO TAVARES GONÇALVES
Comandante da Divisão Blindada

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
11 NOV 1350 06788
PROTOCOLO

1º/

Exmo. Sr. Ministro Relator do HABEAS-CORPUS nº 29.924.

J. Como pede.
Em 11-11-968

O advogado, como impetrante do habeas-corpus de nº 29.924, requer a V. Exa. se digne de autorizar a Secretaria a fornecer certidão da informação prestada pela autoridade coatora, bem como da decisão do pedido.

E. deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1968.

Exmo. Sr. Ministro Relator do HABEAS-CORPUS nº 39.524.

O advogado, como impetrante do habeas-cor
pus de nº 39.524, requer a V. Exa. se digne de autorizar a
Secretaria a fornecer certidão da informações prestada pela
autoridade coatora, bem como da decisão do pedido.

E. deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1968.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 11 **dias do mês de** novembro **do ano de 196**8
nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos **ao**
Exmo. Sr. Ministro Dr. Loco Veloso Relator
do que lavro este termo. Eu, Gelda Felippelli, Di-
tor de Serviço
~~Oficial Judiciário~~, **pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.**

JUNTADA

Aos 22 dias do mês de novembro
ano de 1968, nesta Secretaria, faço juntada
aos presentes autos, de acôrdão que se se-
guem fls. 12 a 20, do que lavro êste Têrmo. Eu J. D.
Anna Bantz, Min. Fav. em exercício
pelo Sr. Diretor Geral.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ATA DA 93a. SESSÃO, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1968
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GEN EX OLYMPIO MOURÃO FILHO
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR NELSON BARBOSA SAMPAIO
SECRETÁRIO: DR CLÁUDIO ROSIÈRE, VICE-DIRETOR-GERAL

Compareceram os Ministros João Romeiro Neto, Pery Constant Bevilaqua, Armando Perdigão, Waldemar de Figueiredo Costa, Gabriel Grun Moss, Francisco de Assis Corrêa de Mello, Octacílio Terra Ururahy, Ernesto Geisel, Sylvio Monteiro Moutinho, Eraldo Gueiros Leite, João Mendes da Costa Filho, Mário Cavalcanti de Albuquerque e os Ministros convocados Waldemar Tôrres da Costa e G.A. de Lima Tôrres

Licenciado o Ministro Alcides Vieira Carneiro

Às treze horas, havendo número legal, foi aberta a sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a ata da sessão anterior.

Foram, a seguir, relatados e julgados os seguintes processos:-

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Sessão 11 de novembro de 1968

Habeas-Corpus n. 29824

Voto vencido dos Snrs. Ministros.

Figueiredo Costa Lima Jones Armando Perdigão Peri Bevilaqua	Na preliminar, convertiam o julgamento em diligência
Figueiredo Costa Lima Jones Armando Perdigão	No mérito por desconhecerem os fatos tidos como criminosos contra o paciente.
Peri Bevilaqua	No mérito que mandava trancar

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Sessão 11 de 11 de 1968

Habeas-Corpus n. 29428

Voto vencido dos Snrs. Ministros.

o I.P.M. quanto à apuração do crime capitulado no Dec. Lei nº 314/67 por incompetência da autoridade militar para instaurá-lo.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR HABEAS-CORPUS Nº 29 824 - E. GUANABARA.

O art. 156 do Código da Justiça Militar não foi revogado e e aplicavel a civis, nos casos previstos em lei.

Instaurado inquérito policial - militar, a autoridade que o presida podera, com fundamento nesse artigo, decretar a prisão do indiciado, não estando obrigada a fundamentar seu despacho.

Indefere-se o pedido.

Relator : Min. Dr. João Mendes da Costa Filho
Paciente: DARCY RIBEIRO, alegando estar com a ordem de prisão expedida pelo Gen. Ramiro Tavares Gonçalves, Cmte. da Divisão Blindada do 1º Exercito, pede a concessão da ordem para por fim a coação ilegal que esta na iminência de sofrer.

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, ACORDAM os Ministros do Superior Tribunal Militar, por maioria de votos, negar a ordem, considerando os fatos e as razões de direito a seguir expostos:

O advogado Wilson Mirza impetrou, em favor de DARCY RIBEIRO, uma ordem de habeas-corpus a êste Eg. Tribunal, alegando / que o paciente foi surpreendido com a notícia de que seria preso por determinação do Gen. Ramiro Tavares Gonçalves, Comte. da Divisão Blindada do 1º Exército, para apuração de crime contra a Segurança Nacional.

O impetrante sustenta que é pacífico, diante do que dispõe o art. 54 do Dec. Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que a prisão preventiva do indiciado só pode ser decretada pela autoridade competente para a formação do processo e não pelo encarregado do inquérito policial militar.

Como a prisão do paciente não tenha sido decretada por autoridade judiciária, mas determinada pelo encarregado do IPM, é manifestamente ilegal, diz o impetrante. Daí porque espera o deferimento do seu pedido, pondo-se, em consequência, fim à coação que está na iminência de sofrer seu constituinte.

Pedidas informações à autoridade indicada como coatora, esta, com a urgência que lhe foi solicitada, deu conhecimento a êste Eg. Tribunal de que, "determinou a prisão de Darcy Ribeiro, indiciado em IPM, de conformidade com o art. 156 do Código da Justiça Militar. Segundo consta dos autos dêsse inquérito, o referi

do indiciado está envolvido em atividades subversivas, atentatórias não só à Segurança Nacional, como à administração Militar, tornando-se necessária a sua prisão".

A Constituição Federal, no seu art. 122 § 1º, estende a civis o fôro militar, nos casos, expressos em lei, de crimes contra a Segurança Nacional.

O Decreto-Lei nº 314 de março de 1967, que define êsses crimes, no seu art. 56, diz que a êles se aplica, quanto ao processo e julgamento, o Código da Justiça Militar.

Pretende-se negar validade a êsse artigo, quanto a indiciados civis, por considerá-lo revogado pelo art. 54 do mencionado Decreto-Lei nº 314. Mas, êsse dispositivo é ipsis literis o art. 43 da Lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953 e os Tribunais nunca negaram, ao tempo dêste diploma legal, validade ao ora questionado art. 156.

Por outro lado, não se invoque o § 12 do art. 150 da Constituição Federal vigente para negar-se aplicação ao malsinado dispositivo, quanto a civis. A mesma matéria encontra-se no artigo 141 § 22 da Constituição Brasileira de 1946. Não obstante, êste Tribunal e o Colendo Supremo Tribunal Federal, tinham como continuam a ter, por insusceptível de dúvida a vigencia do artigo em aprêço.

Nêsse sentido, reconhecendo-lhe a validade quanto a civis, há expressivas manifestações de eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do rumoroso caso Hélio Fernandes - do Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira: "Êsse dispositivo será inconstitucional? Penso que não. É uma lei que não foi revogada. E, veja-se, é prisão antes da capitulação do crime. Pode ser, mesmo, que não se apure nada de grave contra o paciente, que não haja nem motivo para denúncia. Mas, a prisão nas investigações policiais, essa está expressa na Lei que li ao Tribunal e vou reler mais uma vez para documentar meu voto: "qualquer autoridade das referidas no art. 155 poderá ordenar a detenção ou prisão do indiciado, durante as investigações policiais, até trinta dias". E continuou o Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira, sem contestação de qualquer dos seus eminentes pares: "posso dizer que êste dispositivo é um dispositovo grave, que não exige, mesmo, a justificativa do ato que decreta a prisão".

No seu voto, o Sr. Ministro Vilas Boas declara, peremptòriamente: "Instaurado o inquérito policial militar a autoridade competente, que, no caso, é o Ministro da Guerra, de acôrdo com o art. 156 do CJM, determinou a detenção do indiciado, por

trinta dias. Tudo dentro da Lei. Nada contra a Constituição.

O Sr. Ministro Hahnemann Guimarães: "Para que o Ministro da Guerra pudesse usar a faculdade que lhe dão os arts. 115 e 156 do CJM era preciso que se verificasse uma das exceções previstas na Constituição".

O Sr. Ministro Hermes Lima: "O Ministro da Guerra mandou instaurar o inquérito e invocou o CJM que se aplica perfeitamente ao caso no seu art. 156".

O Sr. Ministro Victor Nunes Leal: "Temos julgado casos de pessoas presas por autoridades militares, durante o inquérito e nunca exigimos que a detenção do indiciado observasse rigorosamente o que dispõe o art. 311 do Cód. do Proc. Pen. porque há lei específica dispondo diversamente - O Código da Justiça Militar"- (V. os IPMs e os Habeas-Corpus no Supremo Tribunal Federal, Jardel Noronha, Odelea Martins - vol. 3º pags. 815 a 907).

Todo êsse debate verificou-se quando se negava a aplicação a um civil, o jornalista Helio Fernandes, do art. 156 do C.J.M.

Como relator do acórdão nº 31.297, de 5 de julho de .. 1950, o eminente Ministro Luiz Gallotti assim manifestou-se: "A prisão está apoiada no art. 156 do Cód. da Justiça Militar. Não se pode dizer inconstitucional aquêle preceito. A Constituição / fala em prisão por ordem escrita da autoridade competente,nos casos expressos em Lei (art. 141 § 2º). Em regra a prisão é determinada pela autoridade judiciária. Mas, não o será sempre,nem o exige o preceito constitucional que sempre o seja. Tanto assim / que, invariàvelmente se tem reconhecido legítimas, em face da Constituição, as prisões administrativas, desde que decretadas pela autoridade competente e não excedentes dos prazos legais".

A prisão é válida quando efetuada em flagrante delito ou mediante ordem escrita de autoridade competente. E o conceito de autoridade competente é dado, como ensina Pontes de Miranda, comentando o art. 150 § 12 da Constituição Federal de 1967, pela lei processual. Ora, a lei processual que rege essa matéria é o Código da Justiça Militar e êste atribui competência às autoridades referidas no seu art. 115 para ordenar a prisão do indiciado.

Não se deu a revogação do art. 156 do Cód. da Just.Mil. pelo art. 54 da atual Lei de Segurança Nacional. São duas situações distintas: - o art. 156 do C.J.M. permite a detenção ou prisão do indiciado para investigações policiais e durante elas. O art. 54 da Lei de Segurança faculta à autoridade judiciária decretar a prisão preventiva, que é providência de caráter diferen

te, só autorizada quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria; enquanto a determinação daquela medida policial militar independe de justificativa.

Não há incompatibilidade entre os dois preceitos. Referem-se a hipóteses diferentes, a espécies diversas. Não existe entre êles conflito, porque tem cada um sua esfera de ação especial.

Dir-se-á que o Supremo Tribunal Federal, em recente pronunciamento, concedendo habeas-corpus ao estudante Wladimir Palmeira, negou vigência ao questionado art. 156 do C.J.M. Não é exato. Veja-se o respectivo acórdão.

Mas, alega-se que, com a competência atribuída à Polícia Federal pelo art. 8º, VII, c da Constituição Federal de 1967, cessou a das autoridades militares para a apuração de infrações à Lei de Segurança Nacional.

A nossa Lei Maior não diz que essa competência é privativa da Polícia Federal, o que leva à conclusão de tratar-se de competência simultânea.

Como se viu pelas judiciosas considerações dos eminentes Ministros Srs. Gonçalves de Oliveira, Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Vilas Boas, que êste Acórdão adota, a prisão na forma do art. 156 do Código da Justiça Militar não precisa ser justificada. Para sua determinação não é exigível a observância do art. 311 do Código do Processo Penal.

Finalmente, considere-se que o caso dos autos não é apenas de violação à Lei de Segurança Nacional. É, também, de infração ao Código Penal Militar, segundo informa o General Ramiro Tavares Gonçalves, autoridade indicada como coatora, que encarece, nas suas informações, a necessidade da prisão do indiciado, por interêsse da justiça, na fase das averiguações que estão sendo levadas a efeito.

Superior Tribunal Militar, em 11 de novembro de 1968.

jrl/

MIN. GEN. EX. OLYMPIO MOURÃO FILHO, Presidente

MIN. DR. JOÃO MENDES DA COSTA FILHO, Relator

MIN. DR. JOÃO ROMEIRO NETO.

16/1967

Vencido

MIN. GEN. EX. PERY CONSTANT BEVILÁQUA - vencido.

Concedi a ordem mandar trancar o IPM nos têrmos da Declaração de voto anexa, fls 6.

MIN. TEN. BRIG. ARMANDO PERDIGÃO - vencido.

Na preliminar votei convertendo o julgamento em diligência. Vencido na preliminar e não conhecendo os fatos criminosos apontados contra o paciente, concedi a ordem

MIN. ALM. ESQ. WALDEMAR DE FIGUEIREDO COSTA - vencido.

Concedi a ordem porque, a meu ver, não basta, para invocar a aplicação do art. 156 do CTM, a declaração de que o Paciente "está envolvido em atividades subversivas atentatórias . . . à Administração Militar..", sendo ainda necessário se dissesse qual o crime militar em que o Paciente estaria indiciado. Data venia do respeitável Acórdão, não considero aplicável o dispositivo penal invocado aos delitos previstos no dec. lei 314/67, até porque, em última análise, como os referidos delitos têm sido apurados por autoridades civis e militares, constituiria absurda e, até, inconstitucional disparidade de aplicação — conforme o caso e para a apuração dos mesmos crimes — do CTM (que enseja a prisão para doenunciações até 30 dias) e o Código de Processo Penal comum, onde êsse tipo de prisão não é permitida —

MIN. TEN. BRIG. GABRIEL GRUN MOSS.

MIN. TEN. BRIG. FRANCISCO DE ASSIS CORRÊA DE MELLO.

MIN. GEN. EX. OCTACÍLIO TERRA URURAHY.

MIN. GEN. EX. ERNESTO GEISEL.

MIN. ALM. ESQ. SYLVIO MONTEIRO MOUTINHO.

MIN. DR. ERALDO QUEIROS LEITE.

MIN. V. ALM. MÁRIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

Waldemar concedia a ordem com declaração de voto em separado.

MIN. DR. WALDEMAR TÔRRES DA COSTA.

MIN. DR. G. A. DE LIMA TÔRRES - vencido. Concedi a ordem porque não me parece que

Cabe a autoridade militar dizer que o paciente está envolvido em crime contra a administração militar, pois julgo que seria indispensável que se dissesse o que se atribue ao indiciado, inclusive para se poder afirmar se se trata ou não de crime militar, única hipótese que justificaria a prisão do indiciado, ciosf, pelo art. 156 do Código de Justiça Militar.

17

HABEAS-CORPUS Nº 29 824

Relator : Ministro João Mendes
Paciente:Darci Ribeiro

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MIN. GEN. EX. PERY BEVILAQUA

Jm. Pery Constant Bevilaqua

Vencido, quanto à Preliminar, por mim proposta, de baixar os autos em diligência, para que a autoridade apontada como coatora envie ao Tribunal o inteiro teor da Portaria de instauração do IPM, em que é indiciado o paciente, e informe sôbre o motivo da sua prisão, enviando cópia do mandado de prisão contra o mesmo, se já existente.

Vencido, também, quanto à concessão da ordem: Concedi-a por ser ilegal a prisão, com base no art. 156 do CJM. de civil acusado de crime contra a segurança nacional. Autoridade militar só pode instaurar IPM contra civil que houver cometido ou fôr suspeito da prática de crime militar. O crime contra a administração militar em que teria incidido o paciente, não está indicado na informação enviada ao Ministro-Relator pela autoridade tida como coatora, nem foi referido no pedido de prisão dirigido à Polícia Civil.

Mando trancar o IPM quanto à apuração de crime capitulado no Decreto-Lei nº 314/67, por incompetência da autoridade militar para instauráelo, uma vez que a Constituição defere tal competência à Polícua Federal, ex-vi do seu Art. 8º, item VII, alínea C.

Ninguém pode ser prêso pelo arbítrio ou veneta de quem quer que seja. Desde o Primeiro Império, a Constituição do Brasil declara que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa senão em virtude de Lei. E não há lei nenhuma que autorize a instauração de IPM senão para apuração de crime militar, logo, nenhuma autoridade militar pode instaurar IPM para apurar ilícitos penais previstos no D.L. nº 314/67, o que importa no direito do cidadão não atender a chamado ou intimação, para depor como indiciado ou simples testemunha, perante militar encarregado de I.P.M. ilegalmente instaurado, para apuração de crimes políticos, por ser autoridade incompetente, dado que a Constituição do Brasil, em têrmos insofismáveis defere à Polícia Federal tal competência, como já ficou dito e demonstrado acima. E o cidadão que desatender a uma tal intimação destituída de legalidade, não pode ser acusado da prática do "crime contra a administração militar" do artigo 227 do Código Penal Militar, verbis. "Desobedecer ordem legal de autoridade militar: Pena, detenção de um a seis meses." Não se configura o crime porque, para se concretizar desobediência à ordem de autoridade militar, é necessário que a ordem seja legal e sòmente /

18
7117

(Continuação da Declaração de Voto do Min.Gen. Ex. Pery Bevilaqua, no H.C. nº 29 824 (2) . . . . . .)

uma autoridade competente pode emitir ordem legal.

É preciso que êste Egrégio S.T.M. se dê conta da gravidade da situação em que se encontra o País, ameaçado pela prepotência militar e bem medindo as suas responsabilidades históricas, ponha um paradeiro nesses IPMs ilegais, nessa distorsão da função das Fôrças Armadas, para que o País desfrute de normalidade de sua vida constitucional.

Estamos diante de um habeas-corpus preventivo, impetrado por um cidadão que regressa à Pátria e, com mêdo de violência, pede proteção das leis através dos tribunais, confiante nos juízes brasileiros.

Êle tem direito ao recurso que impetra face ao mandamento imperativo do Art. 150 § 20 da Constituição, "Dar-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder."

Vem a propósito recordar as advertências feitas por Rui Barbosa:

"As leis que não protegem os nossos adversários não podem proteger-nos e as injustiças, por ínfimas que sejam as criaturas vitimadas, revoltam, transmudam e incendeiam os espíritos, roubando-lhes a tranquilidade e a estima pela vida."

"Fora da ordem jurídica não haverá salvação."

"A política no Exército leva, fatalmente, ao militarismo."

Rio, 11 de novembro de 1968.

Jun. Pery Bevilaqua

Ministro General Pery Bevilaqua

mf/

19/jun

DECLARAÇÃO DE VOTO no habeas-corpus nº 29.824.

Waldemar Pondé

Neguei a ordem com a seguinte declaração de voto.

Segundo informou o Eminente Ministro Relator, a autoridade militar, considerada coatora, afirmou que, nos têrmos do que faculta o art. 156 do C.J.M., havia expedido mandado de prisão contra o paciente, porque contra o mesmo haviam indícios de que estaria envolvido em fatos criminosos, previstos não só no Decreto-Lei nº 314/67, como contra a administração militar.

Tenho entendido que não cabe às autoridades militares encarregadas de IPM, usar do art. 156 do CJM para prender, para averiguações, civis acusados da prática de delito, contra a segurança nacional e, como tal, previstos no Decreto-Lei nº 314.

E isso porque essa prisão está regulada pelo art. 54 do referido Decreto-Lei e por fôrça do qual não podem as autoridades policiais prender para elucidação dos delitos nêle previstos, mas, tão sòmente, fazer o pedido fundamentado da prisão ao juiz competente para o processo.

Se, porém, o civil está sob a ação de inquérito policial militar que apura comportamento criminoso, previsto pelo Código Penal Militar, entendo que vigente continua o art. 156 do CJM, porque não foi revogado por qualquer outra lei.

O Colendo Supremo Tribunal Federal já proclamou que o disposto no art. 156 do CJM nos casos de delito militar pode ser aplicado contra civis, não precisando a autoridade militar pedir ao juiz que decrete essa prisão.

Já o mesmo não ocorre com os delitos previstos no Decreto-Lei nº 314, quando a prisão para elucidar os fatos tem que ser decretada pelo juízo competente e em atenção a pedido fundamentado da autoridade policial ou do representante do Ministério Público, prisão essa que o art. 54 faculta também ao juízo competente por despacho ex-ofício.

Já o disse o Colendo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da prisão do jornalista Flávio Tavares, com base no art. 54 do Decreto-Lei nº 314 que essa prisão para elucidação não pode ultrapassar o prazo de 60 dias e que, nesse caso, é inaplicável o art. 149 do CJM, porque êste não fixa o prazo da prisão preventiva.

Se o paciente Darci Ribeiro estivesse acusado, apenas de fatos previstos na Lei de Segurança, teria concedido a ordem, porque não reconheço competência em autoridade militar para prender durante a fase policial indiciado civil contra o qual há indícios de que teria cometido infração prevista no decreto-lei nº 314.

Mas, a civil, indiciado em inquérito que apura delito

militar, como tal o praticado contra a administração militar, pode o encarregado do IPM prender, por trinta dias, prorrogáveis por / mais vinte, e nos têrmos do art. 156 do Código da Justiça Militar.

Convencido de que o paciente tem sua conduta investigada por atividades também previstas como crime militar, segundo informação da autoridade militar, realçado pelo Ministro Relator, neguei a ordem.

REMESSA

Aos 22 dias do mês de novembro
de 1968; nesta Secretaria, faço a remessa dos
presentes autos ao Sr. Min. Juiz da 3ª Auditoria

para os fins de direito. Do que para constar lavrei êste têrmo.
Eu J. L. Alma Bastos, Min. Jus. P. Geral.

RECEBIMENTO

Aos 22 dias do mês de 11 de 1968
nesta Secretaria do Superior Tribunal Militar, me foram entregues os presentes autos
com o acórdão retro, do que lavrei esto
têrmo. Eu
Of. Judiciário, pelo Diretor, escrevi

CERTIDÃO

Certifico que, aos 11 dias do mês de
11, de 1968, foi julgado o
presente processo e comunicada a decisão
do Tribunal, em Of. 3573 ao ~~Dr.~~ Auditor da Dir. Blindada do I Ex.
Rio de Janeiro, 22 de 11 1968
Eu, Of. Judiciário,
pelo Diretor de Serviço

REMESSA

Aos ..... dias do mês de ..... de 196..., nesta Secretaria, faço a remessa da cópia do acórdão de fls., do Sr. Dr. Auditor da ..... CJM, com o ofício n.º ....., do que lavro êste têrmo. Eu .....

....., Of. Judiciario, pelo Diretor Geral, escrevi.

Sem efeito

REMESSA

Aos 7 dias do mês de março de 196 4; na 2.ª Seção do Superior Tribunal Militar fiz a remessa dos presentes autos ao Arquivo.

Isaurinda Araripe
pelo Chefe da 2.ª Seção

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

TELEGRAMA

ZCZC RIO 136<= GBCN BU BRBR 126<= SUP TRIBUNAL FEDERAL BRASILIA DF

PREAMBULO: 10705 126 3 190<=====

NÚMERO DE EXPEDIÇÃO 348

RECEBIDO: Dia ás horas por

CARIMBO DA AGÊNCIA

Indicação de Serviço Taxada e Endereço

URG RECOMENDADO EXMO
SR MINISTRO PRESIDENTE
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR RIO GE<===

Habitue-se a indicar no recibo do seu telegrama a hora que o receber. Com essa providência, auxiliará o DCT na fiscalização da entrega dos telegramas, em seu próprio benefício.

TEXTO E ASSINATURA

== NR 432 P DE 3 12 68<== COMUNICO VOSSENCIA VG PARA OS DEVIDOS FINS VG QUE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VG EM SESSAO PLENARIA VG JULGANDO PETICAO HABEAS CORPUS NUMERO 46.415 VG PACIENTE DARCY RIBEIRO VG DECIDIU CONCEDER A ORDEM VG CONSIDERANDO QUE EM FACE DO DISPOSTO NO ARTIGO 54 CINCOENTA ET QUATRO DO DECRETO LEI NUMERO 314 TRESENTOS QUATROSE VG DE 1967 MIL NOVECENTOS SESSENTA SETE VG O ARTIGO 156 CENTRO CINCOENTA SEIS DO CODIGO JUSTICA MILITAR VG NAO SE APLICA AOS CRIMES CONTRA A SEGURANCA NACIONAL PT SAUDACOES PT MINISTRO LUIS GALLOTI VG PRESIDENTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AUTENTICADO AGENCIA CORREIOS SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MIRETA PIMENTEL TESOUREIRA DO DCT<=====

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
-4 DEZ 1432 07322
PROTOCOLO

URGENTE

Ofício nº 3.272 /DSJ

Rio de Janeiro, GB
Em 04 / Dez / 1968

Senhor Comandante:

De ordem do Exmo. Sr. Ministro-Presidente, transcrevo a V. Exa. o telegrama recebido do STF, nos seguintes têrmos:

"NR 432/P, de 3/12/68 - Comunico vossência, para os devidos fins, que Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, julgando petição habeas-corpus número 46 415, paciente DARCY RIBEIRO, decidiu conceder a ordem, considerando que, em face do disposto no artigo 54, do Decreto-Lei nº 314 de 1967, o artigo 156 do Código da Justiça Militar não se aplica aos crimes contra a Segurança Nacional."

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de estima e consideração.

NORIVAL DA COSTA GUIMARÃES
DIRETOR-GERAL

Ao Exmo. Sr. Gen. RAMIRO TAVARES GONÇALVES
DD Comandante da Divisão Blindada do I Exército
N e s t a

Of. nº 3633 /DSJ-R - GB

Em 19 / 11 / 1968

SENHOR MINISTRO:

Em atenção ao Ofício nº 1040, de 13 / Nov / 68, em que V.Exa. solicita informações a fim de instruir o Habeas Corpus nº 46 415, impetrado em favor de DARCY RIBEIRO, tenho a honra de encaminhar a V.Exa. cópia do acórdão proferido nos autos do Habeas-Corpus nº 29 824, onde estão consubstanciados os motivos que levaram êste Tribunal a denegar a ordem requerida.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. meus protestos de estima e consideração.

MINISTRO JOÃO MENDES
RELATOR

Ao Exmo. Sr. Ministro ADAUCTO LÚCIO CARDOSO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
B r a s í l i a - DF

URGENTE

Of.nº 3616/DSJ-P - GB

Em 14 / 11 / 1968

SENHOR COMANDANTE:

Transcrevo a V.Exa., para os devidos fins, o Ofício nº 1 040/R, de 13 de novembro corrente, procedente do Supremo Tribunal Federal:

"Senhor Presidente - A fim de instruir o habeas corpus nº 46 415, impetrado ao Supremo Tribunal Federal em favor de DARCY RIBEIRO, solicito a V.Exa. informações, com a urgência possível, sôbre as alegações constantes da petição que a êste faço juntar por cópia. Outrossim, comunico a V.Exa. que deferi a ordem liminarmente, a fim de que o paciente não seja preso até o julgamento da presente ordem, no Supremo Tribunal Federal.- Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. os protestos de minha estima e distinta consideração.- (As.) Ministro ADAUCTO LÚCIO CARDOSO, Relator." *

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. meus protestos de estima e aprêço.

GEN.EX. OLYMPIO MOURÃO FILHO
MINISTRO-PRESIDENTE

EXMO SR
GENERAL RAMIRO TAVARES GONÇALVES
COMANDANTE DA DIVISÃO BLINDADA

GF/mdav

Of.n. 1040-R Em 13 de novembro de 1968

Senhor Presidente

A fim de instruir o julgamento do habeas corpus nº 46.415, impetrado ao Supremo Tribunal Federal em favor de DARCY RIBEIRO, solicito a V.Exa. informações, com a urgência possível, sôbre as alegações constantes da petição que a êste faço juntar por cópia.

Outrossim, comunico a V.Exa. que deferi a ordem liminarmente, a fim de que o paciente não seja prêso até o julgamento da presente ordem, no Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. os protestos de minha estima e distinta consideração.

Ministro ADAUCTO LÚCIO CARDOSO,
RELATOR

Ao Exmo. Sr. General de Exército OLYMPIO MOURÃO FILHO
DD. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar
Guanabara - Rio de Janeiro

WILSON MIRZA

AV. RIO BRANCO, 185 - S/709
TEL.: 52-8656

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Wilson Mirza, advogado, com escritório na Av. Rio Branco, 185, sala 709, no Estado da Guanabara, vem pedir ordem de

" habeas-corpus ",

em favor do Prof. Darcy Ribeiro, que está na iminência de sofrer coação ilegal, em virtude de decisão do Superior Tribunal Militar, que, por maioria, reconheceu a legalidade da prisão do paciente determinada pelo Comandante da Divisão Blindada do I Exército, com base no artigo 156 do Código da Justiça Militar, sob a alegação de que

> " Segundo indícios constantes dos autos do IPM, aquele indiciado está envolvido em atividades subversivas , atentatórias não só à Segurança Nacional, como à Administração Militar, para cujas averiguações, estão sendo procedidas no referido IPM, torna-se necessária a prisão do indiciado DARCY RIBEIRO." ,

não obstante a sua manifesta ofensa à legislação vigente e à orientação jurisprudencial predominante.

Isto pôsto, o impetrante espera a concessão da ordem , como medida de irrecusável

J U S T I Ç A .

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1968.

Wilson Mirza

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TÊRMO DE REMESSA

Brasilia, D. F., em 13 de novembro de 1968

Remete a Secretaria do Supremo Tribunal Federal o ofício n.º 1040-R ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar - Guanabara - Rio de Janeiro solicitando informações para instruir o Julgamento do habeas corpus nº 46.415 requerido por DARCY RIBEIRO

RECEBI, em ..... de ..... de 19.....

_____

S.T.F. 16

GK-1 Via-90006008757601